

CULTIVOS INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA TRADICIONAL: UMA BREVE REVISÃO

Fabiana Wink

Eng. Agrônoma, mestranda PPGBioAgro, UNEMAT
wink.fabiana@unemat.br

Ronilton Ramos

Geógrafo, mestrando PPGBioAgro, UNEMAT
ronilton.ramos@unemat.br

Vivian de Assis Nazário

Advogada, mestranda PPGBioAgro, UNEMAT
vivian.nazario@unemat.br

Oscar Mitsuo Yamashita

Prof^o Dr^o, docente do PPGBioAgro, UNEMAT
yama@unemat.br

RESUMO

Os indígenas fazem parte da história e da cultura dos brasileiros, pertencem a diversas etnias e estão espalhados por todo o país. O Brasil possui o mais numeroso e mais diversificado grupo de comunidades indígenas do mundo. A agricultura tradicional praticada pelos povos indígenas vem sendo desenvolvida sob sistemas de gestão e práticas complexas que integram diferentes formas de trabalhar com os recursos naturais e suas paisagens. O principal sistema de cultivo utilizado pelos povos indígenas é a agricultura de corte e queima. É um conjunto de técnicas utilizadas para a derrubada e queima de uma parte da floresta, que será plantada e cultivada por um tempo determinado, após esse tempo de uso, a área é deixada para “descansar” e assim se regenerar, para ser novamente cultivada anos depois. Dentro desse contexto, pode-se citar também os povos Guarani Mbyá, em estudo de caso realizado sobre o sistema agrícola por eles utilizado sobre o cultivo do milho, conhecido como milho guarani. As comunidades indígenas de Enawenê-nawê e os Cinta-largas que vivem em Juína -MT, com suas culturas e o modo de produção da agricultura daquele local. Nos tempos atuais, o agronegócio tem afetado as terras pertencentes aos povos indígenas, tendo suas terras expropriadas, dando lugar a atividades agropecuárias e extrativistas. Sendo assim, a agricultura indígena torna-se de fundamental importância para a preservação da biodiversidade brasileira e para a conservação de espécies agrícolas e florestais.

Palavras-chave: Agricultura. Povos indígenas. Sistemas de produção. Agronegócio. Biodiversidade.

INDIGENOUS CROPS AND ITS RELATIONSHIP WITH TRADITIONAL AGRICULTURE: A BRIEF REVIEW

ABSTRACT

Indigenous peoples are part of the history and culture of Brazilians, belong to different ethnic groups and are spread throughout the country. Brazil has the largest and most diverse group of indigenous communities in the world. Traditional agriculture practiced by indigenous peoples has been developed under management systems and complex practices that integrate different ways of working with natural resources and their landscapes. The main farming system used by indigenous peoples is slash-and-burn agriculture. It is a set of techniques used to cut down and burn a part of the forest, which will be planted and cultivated for a certain time, after which time of use, the area is left to “rest” and thus regenerate, to be cultivated again. years later. Within this context, one can also mention the Guarani Mbyá peoples, in a case study carried out on the agricultural system

used by them for the cultivation of corn, known as Guarani corn. The indigenous communities of Enawenê-nawê and the Cinta-larga who live in Juína -MT, with their cultures and the way of production of agriculture in that place. Nowadays, agribusiness has affected the lands belonging to indigenous peoples, having their lands expropriated, giving rise to agricultural and extractive activities. Thus, indigenous agriculture becomes of fundamental importance for the preservation of Brazilian biodiversity and for the conservation of agricultural and forestry species.

Key words: Agriculture. Indian people. Production systems. Agribusiness. Biodiversity.

1. INTRODUÇÃO

Nos primórdios da civilização humana, quando o homem deixou de ser nômade e virou sedentário, começou cultivar a terra, as plantas e a criar animais, produzindo seu próprio alimento, assim ele domesticou, introduziu e multiplicou em todos os ambientes ecossistemas cultivados, possibilitando o desenvolvimento da agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010). Dentre os diversos povos que dominavam e cultivavam a terra, destacam-se entre eles os povos indígenas e sua relação com a natureza, que no decorrer da história do homem indígena, sempre foi uma relação de sustentabilidade, pois desenvolveram estratégias mutuas de convivência, e demonstravam alto valor adaptativo (SOUZA et al., 2015).

Os povos indígenas pertencem a diversas etnias, estando espalhados em todo o território nacional. O Brasil possui o mais numeroso e mais diversos grupos de comunidades indígenas do mundo. De acordo com o último Censo Demográfico realizado em 2010, um total de quase 897 mil pessoas se autodeclararam índio, divididos em 305 etnias e 274 línguas (PERRONE-MOISÉS; PIMENTEL, 2012).

Antes mesmo da colonização, os índios já cultivavam a terra e praticavam a chamada

agricultura indígena, principalmente com a utilização de sementes crioulas, contribuindo assim para a conservação da biodiversidade brasileira, promovendo o uso sustentável e a valorização da agrobiodiversidade e dos recursos genéticos. Assim também, as sementes crioulas fazem parte dos sistemas produtivos da agricultura familiar dos povos indígenas e comunidades tradicionais (BRASIL, 2013).

De acordo com Garnett et al. (2018), um quarto do planeta é ocupado por populações que se autodenominam indígenas e que essas áreas abrangem dois terços das regiões mais remotas e menos habitadas do mundo. Segundo esses mesmos autores, de todas as áreas destinadas à conservação ambiental distribuídas no mundo, 40% são terras indígenas, demonstrando-se assim sua importância na conservação e manutenção da biodiversidade global.

A agricultura tradicional praticada pelos povos indígenas vem sendo desenvolvida sob sistemas de gestão e práticas complexas que integram diferentes formas de trabalhar com os recursos naturais e suas paisagens (NODA, 2016).

Dentre as práticas agrícolas advindas da cultura indígena que são praticadas hoje em dia pela agricultura familiar, principalmente na região amazônica, estão o cultivo da mandioca e

seus derivados, consumo de diversas frutas nativas e aromáticas, plantas medicinais e oleaginosas, além da confecção de diversos utensílios. Isso evidencia a grande contribuição que a cultura indígena representa (HOMMA, 2015).

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma revisão literária sobre a agricultura e os sistemas de produção indígena. O trabalho foi realizado com base na literatura e leitura de artigos científicos que abordam sobre o tema proposto, buscando enfatizar o modo de vida e como os povos indígenas preparam a terra para a agricultura.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Agricultura tradicional indígena

A agricultura ocorre pelo processo de abertura de uma nova área e o momento de implantação da cultura. O principal sistema de cultivo utilizados pelos povos indígenas é a agricultura de corte e queima. É um conjunto de técnicas utilizadas para a derrubada e posterior queima de uma parte da floresta, que será plantada e cultivada por um tempo determinado, após esse tempo de uso, a área é deixada para “descansar” e assim se regenerar, para ser novamente cultivada anos depois (HOMMA et al., 1998).

Um exemplo dessa técnica é praticado pelos indígenas do Lavrado (região localizada no extremo norte da Amazônia). Essa região é ocupada por uma grande diversidade de populações indígenas, como os Macuxi, Wapixana, Saporá, Ingaricó, Patamona e

Taurepang, tradicionais da região distribuídos em 28 terras indígenas (FARAGE, 1991).

O principal manejo agrícola praticado por esses povos indígenas do Lavrado é a agricultura de corte e queima, realizado nas ilhas de mata. É uma atividade considerada de subsistência, ou seja, a produção destina-se essencialmente ao consumo familiar e à venda no mercado local. De acordo com Rocha (2009), este tipo de manejo permite a regeneração da capoeira durante o período de pousio, tornando esse sistema sustentável e possibilitando a manutenção da sustentabilidade da terra.

Nestes sistemas são cultivados tubérculos, grãos e frutas, como maniva, milho, batata doce, banana, jerimum, melancia e mamão, além de pimentas em menor quantidade (PEDREIRA et al., 2013; PEREZ, 2010).

2.2 Sistema agrícola indígena Guarani Mbyá

A aldeia da Ilha do Cardoso foi fundada em 1992 por uma família de índios Guarani Mbyá, além de outras famílias de Guaranis que permanecem na ilha até os dias atuais. Foi assim que em 2001, desenvolveu-se um estudo de caso sobre a forma de cultivo agrícola que os Guaranis Mbyá utilizavam na aldeia indígena Guarani Mbyá da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, São Paulo, sobre o cultivo de milho, conhecido como milho Guarani (avaxí eteí) (FELIPIM, 2001). O estudo de caso identificou que o sistema agrícola utilizado pelos Guarani Mbyá está baseado na organização sociocultural da comunidade indígena. A agricultura tem grande importância para os indígenas Guarani, pois além ser fonte significativa de

sobrevivência, também está ligada a aspectos culturais e religiosos, como a utilização em rituais religiosos daquela comunidade.

A agricultura desenvolvida pelos Guaraní Mbyá como também em outras comunidades tradicionais, é a chamada coivara, ou seja, o preparo da terra através da derrubada da mata nativa, posterior a queima da vegetação e em seguida do plantio intercalado de algumas culturas seja elas consorciadas ou não (KRIEGEL et al., 2014; NACIF, 2020). Segundo esses mesmos autores este tipo de roça rotacionadas constituem um sistema de agrofloresta, devido seu plantio estar associado a outras culturas. Práticas estas que constituem os princípios da reciprocidade entre humano e a natureza, pois compartilham a mesma biosfera, como uma forma de respeito e equilíbrio com o meio natural (GALANTE, 2011). Esses povos originários promovem a preservação da biodiversidade, protegendo as áreas de floresta subjacentes, pois são elas são importantes para seu modo de vida (ALTIERI, 1998; NACIF, 2020).

Segundo Schadem (1974), a principal fonte de subsistência dos índios Guaranis é a agricultura, sendo o milho tradicional Guaraní a cultura dominante.

Sobre as variedades cultivadas pelas famílias Guaranis, foram identificados nove materiais de milho Guaraní (milho amarelo, milho criança, milho branco, milho taquara, milho vermelho, milho azul, milho preto, milho papagaio e milho pipoca), além de diversas outras variedades destinadas a alimentação (FELIPIM; QUEDA, 2005).

Como já dito, o milho é o principal cultivo dos índios Guaraní, por possuir maior

facilidade e capacidade de transporte em relação a outras espécies além de possui uma maturação rápida, o que fez com que tornasse protagonista nas longas caminhadas e intercâmbios indígenas (BALÉE, 1992). Segundo Felipim (2001), os Mbyá classificavam de forma genérica as variedades de milho em Avati etei, ou seja, todos os tipos de milho tradicionais e em Avati tupi aqueles de proveniência jurua, ou seja, estranha.

O milho Avati etei pode possuir tanto a coloração azul, como também coloração vermelha, branca, amarela, preta, branca com amarela ou até mesmo multicolorida (MAYMONE, 2017). Pode ser consumido de forma assado, cozido ou até mesmo triturado na forma de grãos para obtenção de farinha (RIBEIRO, 1995).

Segundo Rodriguez (1999), para os Mbyá o milho Avati etei possui alma, por isso eles realizam o batismo do milho guarani antes do plantio e após a colheita. Ainda de acordo com Felipim e Queda (2005), o milho domesticado e suas variedades tradicionais, precisa da ação do homem para se propagar e ocorrer a dispersão natural, sendo assim de fundamental importância a conservação do Avati etei a fim de preservar e aumentar a diversidade genética.

Assim como muitos povos indígenas os Guaranis Mbyá dominam sistemas sofisticados de produção, esses conhecimentos estão ligados desde o uso de calendários agrícolas, que são baseados na astrologia, até mesmo de sistemas de seleção e manejo do solo e a diversificação das culturas, tudo isso em função de uma correlação já estabelecida pelo aparecimento de várias constelações e também em função da ocorrência das chuvas (KRIEGEL et al., 2014).

Os Mbyá ao longo do tempo, acumularam um conhecimento profundo sobre os recursos da região onde eles vivem. As técnicas de manejo tradicional vão além da domesticação e da manipulação das espécies da fauna e da flora, que são vinculadas às atividades da agricultura, ocorre também a introdução de algumas espécies frutíferas nos roçados, a caça de subsistência, as técnicas de pesca, entre tantas outras atividades desenvolvidas por esses povos (DIEGUES; ARRUDA, 2000).

De acordo com Felipim e Queda (2005), a economia de subsistência dos Guarani Mbyá consiste no desempenho das atividades de caça, pesca, coleta, agricultura, sendo os grupos familiares as unidades de produção e consumo. Quanto à estrutura social dos Guarani, ela se baseia, essencialmente, nas relações familiares.

Em decorrência das atividades agrícolas dos Guarani Mbyá ocorrer nas proximidades de seu núcleo residencial está se caracteriza por variados cultivos e cultivares agrícolas ocorrerem no mesmo espaço de roça, as áreas referenciadas pelos Guarani como “roças de milho”, detêm, além do milho Guarani, diversos tipos de cultivos (FELIPIM, 2001).

De maneira geral quando se refere a esses tipos de cultivos variados em um mesmo local citado no parágrafo anterior, trata-se de uma forma geral de um sistema agrário definido pela associação das produções e das técnicas colocadas em práticas por uma sociedade ou grupo com o intuito de satisfazer suas necessidades. Este sistema exprime a interação entre um sistema bioecológico que é representado pelo meio natural e um sistema sociocultural, por intermédio das práticas adquiridas principalmente da experiência e do

saber técnico (METTRICK, 1994). Conhecimento este adquirido ao longo do tempo pelos povos indígenas Guarani Mbyá e seus sistemas agrícolas de produção.

2.3 Comunidade e Agricultura dos Enawenê-Nawê

Os Enawenê-Nawê são uma comunidade indígena presente na região noroeste de Mato Grosso, agrupados em duas aldeias, uma localizada próximo às margens do rio Iquê em Juína (aldeia *Kotakonikawa/Dolowikwa*) e outra mais recente no município de Sapezal (*Kolinakwa*), sendo estas encontradas dentro da TI Enawenê-Nawê. A T.I. Enawenê-Nawê engloba uma área de 742 mil hectares localizada principalmente no município de Juína (53,13%) e estendendo pelos municípios de Sapezal (29,14%) e Comodoro (18,61%), no estado do Mato Grosso (ISA, 2022).

A comunidade Enawenê-Nawê pertence linguisticamente à família Aruák, sendo formada em 2014 por 737 indígenas. As características agrícolas dos Enawenê-Nawê estão conectadas diretamente às atividades ritualísticas da comunidade, ao qual as atividades econômicas são estabelecidas, entre a relação de troca entre os grupos rituais e os espíritos subterrâneos (*iakayreti*) e os celestes (*enore nawe*) durante o ciclo anual de rituais (ZHORTÉA, 2006; SESAI, 2014; ISA, 2022).

Os cultivos agrícolas realizados pelos povos Enawenê são as roças coletivas e também as roças familiares, onde se cultiva principalmente a mandioca e o milho, sendo, portanto, as mais importantes culturas da comunidade. A mandioca por sua vez (*Manihot*

esculenta) tanto as variedades bravas quanto mansas são cultivadas em áreas próximas das aldeias (roças coletivas) em solos mais arenosos e empobrecidos, juntamente com outros cultivos como inhame, urucum, batata-doce, araruta (SANTOS, 1995; MOURA, 2014).

Já o milho (*Zea mays*) é plantado em roças mais distantes da aldeia, as roças familiares, abertas em áreas mais férteis e com maior umidade no solo, onde cresce a cerejeira (*Trunus cerasus*) e a palmeira bacuri (*Platonia insignis*) como destacado por Santos (1995). Segundo Moura (2014), os Enawenê fixam residência temporária para o cultivo do milho, sendo que a cada três anos cultivam novas áreas com milho, pois estes são adeptos a agricultura itinerante, e logo após a colheita do milho é cultivada outras espécies como o feijão fava (*Phaseolus lunatus*).

Abrir as roças é tarefa do homem, tanto as coletivas quanto as familiares, estas últimas destinadas ao consumo da própria família. O cultivo da mandioca abre o calendário a partir de maio, em áreas novas, o plantio é feito em monte de terra onde são colocadas três manivas de cerca de 50 cm enterradas pela metade, sendo sempre replantadas quando as raízes são colhidas. Os Enawenê-Nawê cultivam 12 variedades de mandioca brava e uma mansa (SANTOS, 1995).

O sistema de agricultura da comunidade é itinerante, com a necessidade de abertura de áreas tanto das roças coletivas quanto familiares, sendo ligadas as necessidades alimentares da aldeia e as ritualísticas. Primeiramente é formada a roça coletiva, através da derrubada da vegetação, queima e o plantio da mandioca, após aberto, permanece por poucos anos até reduzir o

potencial produtivo do solo (SANTOS, 1995; MOURA 2014).

Assim com a derrubada da vegetação para a abertura de um novo cultivo, cada família de agricultor todos os anos desmata uma superfície suficiente para praticar o cultivo principal que corresponde as suas necessidades, e a cada ano, esse cultivo muda de lugar e da mesma forma os cultivos secundários que sucedem uma cultura principal também se deslocam. Este tipo de cultivos temporários é chamado também de itinerantes (MAZOYER; ROUDART, 2010). O mesmo tipo de agricultura praticado pelos povos Enawenê-Nawê, como já descrito no parágrafo anterior.

2.4 Comunidade e Agricultura dos Cinta-Largas

Os Cinta Larga fazem parte do grupo Tupi, de família linguística Mondé, habitando a fronteira entre os estados de Rondônia e noroeste de Mato Grosso, sudoeste da Amazônia. Concentram-se em quatro T.I. homologadas, o Parque Indígena Aripuanã, Terra Indígena Aripuanã, Terra Indígena Roosevelt e Terra Indígena Serra Morena, juntas somam área de mais de 2,7 milhões de hectares (ISA, 2022).

Os Cinta Larga têm sua denominação originada do uso tradicional de uma entrecasca de árvore larga pela cintura, sendo conhecidos externamente deste fato. A população encontra-se distribuída ao longo das bacias dos rios Aripuanã e Roosevelt, nas áreas de MT e RO, totalizando população de 1954 indígenas no ano de 2014 (SESAI, 2014).

Os Cinta Larga praticam a caça como atividade principal, dedicando pouco tempo para

as práticas agrícolas. A derrubada da floresta é tarefa dos homens, sendo realizado nos meses de estação seca a partir de maio até meados de julho, após a abertura da área, inicia-se o plantio do milho (*Zea mays*), seguido por variedades de mandioca mansa (*Manihot esculenta*), pois não cultivam variedades consideradas “bravas”, cultivando também arroz, feijão, banana através da inserção de contato com o homem branco (POZ NETO, 1991).

O sistema agrícola parte de derrubadas anuais de floresta, com o abandono das áreas antigas a medida em que os solos ficam empobrecidos e a vegetação de capoeira ocupa a área agrícola, sendo necessário a abertura de novas áreas. As colheitas são de acordo com o calendário das culturas que plantam, sendo a mandioca feito a retirada das raízes, sem o arranque da planta, tarefa executada pelas mulheres Cinta-larga que também colhem os demais produtos da roça (POZ NETO, 1993).

Fazer roça é responsabilidade dos homens casados, sendo destaque importante nos rituais, onde é preparado a chicha, bebida muito consumida pelos indígenas da comunidade, onde deve-se plantar uma roça grande de milho, sendo associado as comemorações em relações de caça mais presentes que a agricultura propriamente dita (POZ NETO, 1993).

2.5 O avanço do agronegócio brasileiro e sua relação com os povos indígenas

O desenvolvimento crescente do agronegócio brasileiro cresceu nos últimos anos, principalmente no estado de Mato Grosso, no meio desse aumento de expansão de terras para abertura de novas áreas agrícolas, encontram-se

os povos indígenas que sofrem com este tipo de expansão em suas terras (ARRUZZO; CUNHA; SANTOS, 2022).

As terras dos povos indígenas têm sido expropriadas de seus donos e desviadas para outras finalidades lucrativas de atuação do agronegócio aos povos e terras indígenas como as invasões territoriais. De acordo com o CIMI, somente entre janeiro e setembro de 2019, foram registradas 160 invasões nos territórios indígenas, contra 109 em 2018, e 96 em 2017 (CIMI, 2019). Ainda de acordo com o CIMI (2019), foram registrados 256 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio, em pelo menos 151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados, isso representa um aumento de 134,9% dos casos comparados com outros anos anteriores. Entre os principais agentes praticantes destas ações estão madeireiros, grileiros e fazendeiros.

Outro problema relacionado aos povos indígenas é a extração dos recursos naturais que acabam gerando conflitos ambientais, essas atividades produtivas que são vinculadas ao agronegócio geram enormes impactos ambientais da forma como se organizam, e partes destes impactos atingem de maneira diretamente os povos indígenas de várias formas como os desmatamentos, queimadas e a poluição por agrotóxicos (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Os incêndios criminosos também é outro problema para os povos indígenas, de acordo com um levantamento realizado pela APIB mais de 200 povos indígenas foram diretamente afetados pelos incêndios em 2020, a maioria situados na Amazônia. Ainda em 2020 os incêndios florestais apresentaram os maiores índices nos últimos anos, impactando fortemente

o Pantanal, a Amazônia e o Cerrado, e juntamente os povos e comunidades que residem esses locais (APIB, 2020).

Diante desses problemas que aparecem no cotidiano da vida dos povos indígenas, podemos citar também, os empreendimentos como hidrelétricas, estradas, linhas de transmissão, hidrovias, agronegócio sobre as terras indígenas tem colocado em risco a vida física e cultural dos povos indígenas, bem como toda a integridade do meio ambiente e da biodiversidade (CIMI, 2012).

De acordo com Martins (1986), os povos indígenas tem sido expropriados do seu bem mais valioso que é a terra pelos grandes latifundiários. O agronegócio tem esvaziado muitas comunidades indígenas e ribeirinhas que historicamente protegem suas terras. Ainda segundo o mesmo autor por meio de seus escritos

4. CONCLUSÕES

A agricultura tradicional ainda hoje é desenvolvida pelos povos indígenas, seja ela caça e pesca, como também corte e queima, cultivares crioulas, dentre muitas outras variedades que são plantadas e cultivadas até hoje pelos povos indígenas. No entanto, esses povos também sofrem com alguns problemas como a expropriação e invasão de suas terras para dar lugar a agropecuária e ao agronegócio que tomam conta cada vez mais dos territórios indígenas. Diante disto a agricultura indígena se torna importante no contexto da história do nosso país e como o estado brasileiro é rico em populações indígenas. Devido ao fato de a agricultura indígena ser de fundamental importância para a preservação da

em sua obra “Não há terra para plantar neste verão”, define que a terra para os povos indígenas é como um espaço em que o camponês, posseiro e os povos indígenas estabelecem suas relações. Marx (2008), ainda contribui nessa direção ao salientar que a natureza e o ser humano estão interligados numa relação de reciprocidade, de inter-relação.

Independente do modo como os povos indígenas lidam com a terra, constituindo espaço de recriação das relações, da vida, dos rituais, entre outros, o modo de produção capitalista expropria da terra os camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e posseiros, em vista do avanço do capital na garantia de seus interesses, provocando disputas territoriais e intenso processo de luta e resistência no campo, inclusive, no cenário brasileiro (MARTINS, 1980).

Biodiversidade brasileira e para a conservação das espécies agrícolas e florestais.

5. AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) pela concessão das Bolsas de Mestrado e ao Programa de Pós-Graduação PPGBioAgro da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus de Alta Floresta – MT.

6. REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Editora UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de

COVID-19. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, 2020.

APIB. V. III: Dossiê Como as Corporações Globais contribuem para violações de direitos dos povos indígenas da Amazônia Brasileira. Brasília: **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil** (APIB), 2020.

ARRUZZO, R.C.; CUNHA, L.D.; SANTOS, L.N. dos. Relações territoriais entre povos indígenas e agronegócio no Brasil: conflitos e resistências. **Revista Tamoios**, v.18, n.1, p.165-185, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63879>. Acesso em: 28.03.2023.

BALÉE, W. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K.H.; PADOCH, C. (eds.). **Conservation of Neotropical Forests**. New York. Columbia U. Press. p.35-57. 1992.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** – PLANAPO. Brasília: MDS; Ciapo, 2013.

CIMI – **Conselho Indigenista Missionário Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio**. HECK, D. E.; SILVA, R. S. da.; FEITOSA, S. F. (orgs). Brasília (DF), 2012. 192p.

CIMI - **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2019.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/ USP, 2000.

FARAGE, N. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**. 1991.

FELIPIM, A. P. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. Piracicaba: Esalq, 2001.

FELIPIM, A. P.; QUEDA, O. O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso. **Interciência**, v. 30, n. 3, p. 143-150, 2005.

GALANTE, L. **Investigação etnobotânica na comunidade guarani Mbya de Tekoa Pyau**. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. São Paulo, 2011.

GARNETT, S. T.; BURGESS, N. D.; FA, J. E.; FERNÁNDEZ-LLAMAZARES, Á.; MOLNÁR, Z.; ROBINSON, C. J.; LEIPER, I. A spatial overview of the global importance of indigenous lands for conservation. **Nature Sustainability**, v.1, n.7, p.369-374, 2018.

HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.T.; SCATENA, F.N.; CONTO, A.J.; CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; SANTOS, A.I.M. Redução dos desmatamentos na Amazônia: política agrícola ou ambiental? In: HOMMA, A.K.O (ed.). **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília, Embrapa-SPI, 1998. p. 120-141.

HOMMA, A. Amazônia: em favor de uma nova agricultura. **Terceira Margem**, v.1, n.5, p.19-34. 2015. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1048520>. Acesso em: 15 nov.2022.

Instituto Socioambiental (ISA). **Povos indígenas no Brasil: Cinta Larga**. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Cinta_larga>. Acesso em: 12 novembro de 2022.

Instituto Socioambiental (ISA). **Povos indígenas no Brasil: Enawenê-Nawê**. São Paulo: Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Enawen%C3%AA-naw%C3%AA>>. Acesso em: 15 novembro de 2022.

KRIEGLER, R. K.; AZEVEDO, E. O. de.; SILVA, F. F. da. Relação do Grupo Indígena Guarani Mbyá com o Meio Ambiente: Alicerces da Agroecologia. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, 2014.

MARTINS, J. S. de. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. de **Introdução crítica à Sociologia Rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MAYMONE, C. M. **Tradição como transformação: práticas e conhecimentos sobre alimentação entre os Guarani da Tekoa Pyau (São Paulo/SP)**. Fernanda Baeza Scagliusi. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, f.152, 2017.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Edunesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.568p.

METTRICK, H. **Recherche agricole orientée vers le développement: le cours ICRA**. Wageningen (Pays Bas): ICRA, 1994.

MOURA, F. A. E. **Povo Enawenê Nawe: terra, cultura e ambiente. Consequências dos impactos socioambientais da alteração do entorno da terra indígena**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2014. 122 p.

NACIF, R. T. **Yvy vai – A Terra imperfeita: Território e paisagem alimentar Guarani**. Davis Gruber Sansolo. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, f. 302, 2020.

NODA, H. Agricultura familiar tradicional e conservação do sócio biodiversidade amazônica. **Interações**, Campo Grande, v.4, n.6. 2016. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/559>. Acesso em: 15 nov.2022.

PEDREIRA, J. L.; HADA, A. R.; PEREZ, I. U.; PINHO, R. C.; MILLER, R.; ALFAIA, S.S.; ALBUQUERQUE, C.Y. Produção de alimentos e conservação de recursos naturais na Terra Indígena Araçá, Roraima. In: HAVERROTH, M. (Org.) **Etnobiologia e Saúde de Povos Indígenas**. Série Estudos e Avanços. v. 7. 2013.

PEREZ, I. U. **Uso dos Recursos Naturais na Comunidade Indígena Araçá, Roraima**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Roraima. 2010.

PERRONE-MOISÉS, BEATRIZ & PIMENTEL, S. **Um Brasil mais diversos**. In: Carta Fundamental: a Revista do Professor. São Paulo: Editora Confiança Ltda, outubro de 2012.

POZ NETO, J.D. **No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Doi: 10.11606/D.8.1991.tde-07112006-101647.

POZ NETO, J. D. Homens, animais e inimigos: simetrias entre mito e rito nos Cinta Larga. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 36, p. 177-206, 1993.

ROCHA, J. C. **Avaliação de leguminosas lenhosas para adubação verde em roças da Terra Indígena Araçá, Roraima**. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 2009.

RODRIGUEZ, J. E. B. **Estratégias econômicas, políticas e religiosas na mito-praxis mbyá-guarani**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UFRGS. Porto Alegre, 1999.

RIBEIRO, B. G. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In: n: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (orgs.). **A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para professores de 1ª e 2ª graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, p.575, 1995.

SANTOS, G. M. dos. Agricultura e coleta Enawenê-nawe: relações sociais e representações simbólicas. In: Estudo das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na Área indígena Enawenê-Nawe. OPAN e Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, 143 Amazônia e Cerrado da Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório técnico apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente**. Cuiabá, 1995, p. 45-78.

SIASI/SESAI. (2014). **Quadro geral dos povos**. 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos>. Acesso em: 18 novembro 2022.

SOUZA, A. H. C.; LIMA, A. M. A.; MELLO, M. A. A.; OLIVEIRA, E. R. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão de

literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 7, n. 2, p. 88-95, 2015.

SCHADEM, E. **Aspectos fundamentais da Cultura Guarani**. 3 ed. São Paulo: E.P.U/EDUSP, 1974. 190p.

ZORTHÊA, K. S.; SECCHI, D.; DE MENDONÇA, T. F. **Daraiti Ahã: escrita alfabética entre os Enawenê Nawe**. Governo de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Educação, 2009.